

O Oeste de Santa Catarina e o surgimento do MST: reflexões sobre questões sociais e ambientais

Raquel Forchesatto

Graduanda do Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista de Cultura e Extensão

Samira Peruchi Moretto

Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Introdução/Justificativa

A pesquisa em desenvolvimento e que resultou neste resumo expandido faz parte de Trabalho de Conclusão de Curso para graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó. Com isso, serão apresentados elementos sobre o surgimento e organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), levando em consideração questões sociais e ambientais.

Visando responder ao objetivo proposto neste estudo, num primeiro momento, serão abordados brevemente os debates sobre a questão agrária no Brasil e o surgimento do MST no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. Outro ponto que será explorado é a organização deste movimento social na realidade do oeste catarinense e a organização dos assentamentos nos municípios de Passos Maia e Chapecó. Este resumo está dividido nos seguintes itens: Objetivo; Metodologia; e Resultados.

Objetivo

Apresentar reflexões acerca do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na realidade do Oeste de Santa Catarina, levando em considerações questões sociais e ambientais.

Metodologia

Para contextualizar os caminhos percorridos para a elaboração deste artigo, definiu-se quanto o recorte geográfico região de Chapecó, que compreende grande parte do Oeste de Santa Catarina. Neste local, definiu-se a realização da pesquisa em assentamentos dos municípios de Passos Maia e Chapecó. A metodologia adotada para o desenvolvimento do estudo foi uma pesquisa qualitativa. Além disso, como abordagem teórico-metodológica foi utilizada a História Ambiental e a História Vista de Baixo.

Também foi realizada pesquisa bibliográfica acerca das temáticas centrais da pesquisa, sendo elas: História da Fronteira Sul, História Ambiental, Movimentos Sociais e Agroecologia. Este levantamento bibliográfico serviu de base para o desenvolvimento e direcionamento da pesquisa e contribuiu para a construção deste artigo. Após a revisão bibliográfica, a partir das temáticas centrais, foi realizada pesquisa documental no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), na Secretaria Estadual do MST e no *site* do MST.

Resultados

Para a compreensão da questão agrária brasileira e a constituição do MST neste processo, torna-se necessário discorrer sobre como este campo se organizou ao longo da história. Os percursos vividos ao longo da formação do estado brasileiro ocorreram de forma desigual no que tange o acesso à terra como um meio de produção e reprodução das existências. As terras sempre estiveram em nome de poucos, com interesses e relações pessoais em destaque, sendo que desde a chegada dos portugueses, a posse das terras era tomada por aqueles tidos como os vencedores ou com maior poder de dominação.

Levando em conta os quatro primeiros séculos de ocupação europeia no território que hoje se compreende como o Brasil, o latifúndio se apresentou como predominante. A organização do território a partir das capitâncias hereditárias e o predomínio da produção açucareira, através dos engenhos, contribuíram para o acesso desigual da terra e o genocídio de muitas vidas indígenas.

Avançando no tempo, no final do século XIX e início do XX, muitas são as transformações

no campo brasileiro. Nesse sentido, visando à adequação da produção a partir das políticas adotadas pelos governantes, esse modelo que se tornou hegemônico está alicerçado no que pode ser chamado de Revolução Verde. Este método de produção foi fortemente difundido nos países em desenvolvimento a partir da década de 1960 e o Brasil teve um papel importante para seu fortalecimento. Por muito tempo, e na mente de alguns ainda hoje, compreende-se o Brasil como o celeiro do mundo, aquele que seria responsável por uma produção que contribuísse com o desenvolvimento da humanidade.

Essa lógica de produzir está ancorada na produção em grande escala e em grandes áreas de terra. Os investimentos para esse modelo produtivo são altos; necessitava-se, pois, que os produtores possuíssem estabilidade e reservas para caso houvesse problemas com clima, pragas, entre outros fatores. Na realidade das famílias camponesas, para acessar tais produtos inovadores para a agricultura, foi necessária a realização de empréstimos e financiamentos nos bancos, o que, com o passar dos anos, inviabilizavam a produção, pois as famílias estavam cada vez mais endividadas e não conseguiam pagar as contas e adquirir mais produtos para continuar competindo no mercado com a sua produção. Outro fator presente: nem todas as famílias conseguiram se enquadrar nesse processo e ficaram à margem, tendo que recorrer ao crescimento desordenado das cidades, engrossando as fileiras do êxodo rural.

Segundo Ianni (2001, p. 45), “Além de ‘revolucionar’ as condições socioeconômicas, políticas e culturais do mundo agrário, as corporações se impõem mais ou menos decisivamente aos Estados Nacionais.” Assim, esses grupos empresariais que possuíam os monopólios da produção agrícola também estavam atrelados aos governos, contribuindo para a consolidação de suas ações. Para os governos, essas intervenções eram importantes, pois se estava atribuindo um novo olhar sobre o Brasil no cenário mundial, contribuindo para o desenvolvimento da Nação.

É neste contexto de transformações que, na década de 1980, surgiram movimentos sociais do campo na região, sendo eles o: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre outros movimentos e sindicatos que expressaram ao longo dos anos os inúmeros conflitos e processos de exclusão vivenciados na região. Contribuindo com a compreensão acerca do MST, segundo Fernandes (2012, p. 496),

Seu processo de formação começou por meio de diferentes formas de luta pela terra, realizadas por grupos de camponeses em todo o país, com o apoio da *Comissão Pastoral da Terra* (CPT), no período de 1978 a 1983. Das lideranças que surgiram nesse processo, constituiu-se, então, um movimento nacional. Na região Centro-Sul do Brasil, a CPT apoiou as famílias camponesas que realizavam as ocupações de terras que deram origem ao MST. O I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aconteceu entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984, em Cascavel (PR), e considera-se o dia 21 de janeiro como a data oficial de fundação do MST. Todavia, sua gênese teve um período de gestação que começou nos últimos anos da década de 1970, com lutas por terra nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Foram as ocupações de terra e a formação dos acampamentos que tornaram o movimento social visível para o Brasil e o mundo, onde passou a materializar as grandes desigualdades sociais apresentadas a partir da má distribuição de terras. Mais uma vez, na história do Brasil, aqueles que foram desapropriados do acesso às terras, organizam-se em grupos para reivindicarem o seu direito a ela. Para além dos grandes proprietários de terras, os inimigos também foram os governos, pois buscaram veemente aniquilar a organização do movimento social desde sua articulação inicial. Assim, as ações de ocupar e lutar pela redistribuição de terras foram fundamentais para o processo de redemocratização do país, tendo em vista que desde 1964, com o golpe civil-militar, a grande maioria das organizações sociais, do campo e da cidade, haviam sido reprimidas.

Partindo para o cenário catarinense, após a estruturação do movimento e a primeira ocupação de terra realizada na fazenda Burro Branco no ano de 1980, destaca-se como fundamental a ocupação realizada no município de Abelardo Luz no dia 25 de maio de 1985. Esta ocupação é vista como um marco para a organização do MST no estado e desempenha um papel importante na trajetória de lutas da organização.

Na realidade de Passos Maia, a ocupação realizada no dia 20 de novembro de 1995, na Fazenda Ameixeira, com aproximadamente 800 famílias de vários municípios do estado de Santa Catarina é vista como um marco na realidade da região. Assim, durante esse processo histórico de ocupações no município foram constituídos 14 assentamentos, com aproximadamente 448 famílias. Esses assentamentos são denominados Taborda, Sapateiro I, Sapateiro II, Quiguay, Zumbi dos Palmares, Madre Cristina, Maria Rosa, 20 de novembro, 29 de junho, Che Guevara, União do Oeste, 13 de junho, Conquista do Horizonte e Conquista de Sepé.

No município de Chapecó o processo de ocupação ocorreu na Linha Água Amarela, onde as

famílias viveram 7 anos na organização do acampamento. A “[...] luta pela conquista de seu território teve início em 2002, com objetivo de desapropriação do imóvel rural pela União. Em 09 de setembro de 2008, efetivando a orientação magna do artigo 184, §2º da Constituição Federal, o imóvel foi desapropriado com fim social destinado à Reforma Agrária.” (NOVAKOWSKI, DOMINGUES; ARNS, 2017, n.p.). Neste cenário de luta e organização, 30 famílias foram assentadas e passaram a estabelecer estratégias de produção, mas também de convívio social naquele local.

Com a efetivação dos assentamentos, após longos períodos de organização nos acampamentos, pode-se perceber que as ações voltadas para o desenvolvimento do MST passam a ir além do acesso à terra. Outras pautas passam a ser incluídas nos debates da organização e da vida das famílias, sendo elas a saúde, educação, produção, comercialização, relações de gênero e agroecologia.

Referências

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: CALDART, Roseli Salette (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

NOVAKOWSKI, Graciela Alves de Borba. DOMINGUES, Juliano Vitória. ARNS, Carlos Eduardo. Diagnóstico de Contradições do Território Rural: o caso do assentamento Dom José Gomes. In: TERRITÓRIOS, REDES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS, 2017, Santa Cruz do Sul, RS. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul, RS, 13-15 set. 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/16793/4377>. Acesso em: 20 abr. 2021.

Agradecimentos

Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).